



II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores  
25 a 27 de setembro de 2017  
Pelotas/RS – Brasil

Grupo de Trabalho: Teoria do Discurso, ciência e tecnologia

**A Teoria do Discurso como possibilidade epistemológica aos ESCT:  
uma abordagem sobre o campo científico interdisciplinar**

Gabriel Bandeira Coelho  
Doutorando  
UFRGS/PPGS/TEMAS  
E-mail: gabrielbandeiracoelho@yahoo.com.br



## **A Teoria do Discurso como possibilidade epistemológica, teórica e metodológica aos ESCT: uma abordagem sobre o campo científico interdisciplinar**

Gabriel Bandeira Coelho

**RESUMO:** Este trabalho busca demonstrar uma possível transposição teórica, epistemológica e metodológica da Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau para os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT). Com isso, objetiva-se salientar uma série de questões acerca do campo científico interdisciplinar, sobretudo no que diz respeito aos Programas de Pós-Graduação Multidisciplinares e Interdisciplinares fomentados pelas CAPES. Entende-se que, ao se utilizar a TD como ferramenta à compreensão da Ciência enquanto discurso e, portanto, como *locus* permeado por embates em torno da hegemonização de emergentes lógicas discursivas, estar-se-ia abrindo novas possibilidades de pesquisa à Sociologia da Ciência contemporânea, especialmente quando se observa a relação entre diversas disciplinas no interior do campo discursivo chamado Ciência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria do Discurso; Ciência; Antagonismos; Hegemonia; Interdisciplinaridade.

### **INTRODUÇÃO**

Um ponto seminal neste artigo, e que justifica sua relevância teórica e epistemológica, é o de apontar a possibilidade de inserção e de transposição da Teoria do Discurso, do pensador argentino Ernesto Laclau, para os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT). Dessa forma, busca-se colocar na agenda da Sociologia da Ciência a Teoria do Discurso como ferramenta teórica e epistemológica à compreensão dos fenômenos que constituem o campo científico, salientando, assim, sua operacionalidade e potencialidade aos estudos sobre ciência e tecnologia como discursos. Considera-se relevante, portanto, introduzir a Teoria do Discurso nos ESCT, posto que se trata de um cabedal teórico, epistemológico e metodológico pós-estruturalista e pós-fundacionalista que proporcionará um novo olhar, a partir de seus conceitos e categorias, às nuances que permeiam a produção de conhecimento científico.



Disto isto, apresenta-se breves características da complexidade do ambiente, enquanto objeto científico e, conseqüentemente, a necessidade de compreendê-lo a partir de um olhar multifacetado, ou seja, de um olhar interdisciplinar. Por conseguinte, busca-se elencar os principais fatores que fizeram emergir e consolidar a pesquisa multi ou interdisciplinar, no Brasil, tendo as ciências ambientais como foco, a partir da criação dos Programas de Pós-Graduação Multidisciplinares em Ciências Ambientais (PPGMCA) fomentados pela CAPES.

Ante ao exposto, e tendo os PPGMCA como objeto empírico, busca-se demonstrar o quão enriquecedora pode ser a abordagem da Teoria do Discurso para a compressão da ciência, em especial, neste trabalho, para entender e identificar os antagonismos, articulações e hegemonias num campo científico pautado no discurso interdisciplinar.

### **1. A ciência interdisciplinar nos Programas de Pós-Graduação Multidisciplinares em Ciências Ambientais: articulações, antagonismos e hegemonias?**

Maranhão (2010) salienta que problemas mundiais, especialmente no que diz respeito à degradação ambiental, ultrapassam e transcendem as fronteiras disciplinares do conhecimento científico. Ainda para esta autora, a disciplinarização científica reduz a ação da ciência. Segundo (Léle e Norgaard, 2005 *apud* Maranhão 2010, p. 562), “para analisar problemas complexos como a questão ambiental é preciso pensar nas comunidades científicas sem se restringir aos saberes compartimentalizados em disciplinas curriculares”. Ou seja, se a complexidade do tecido social tem se mostrado cada vez maior, a ciência não tem ficado estática perante esta dinâmica, tornando-se, também, mais complexa. Esta característica reivindica uma nova postura científica que vá além dos sistemas únicos e que ultrapasse os limites do conhecimento herdados da analítica cartesiana, lançando, a



partir disso, olhares para o universo, seja ele natural ou social, de maneira plural, multifacetada e interdisciplinar<sup>1</sup>.

A interdisciplinaridade, para além de um plano meramente “ideal” de pesquisa e de compreensão da complexidade dos fenômenos, também é prática. É com base nisso que Pombo (2006, p. 225) argumenta que “a interdisciplinaridade existe, sobretudo, como prática. Ela se traduz na realização de diferentes tipos de experiências interdisciplinares de investigação (pura e aplicada) em universidades, laboratórios, departamentos técnicos; na experimentação e institucionalização de novos sistemas de organização (...)”. Em um mesmo fio condutor argumentativo, Ribeiro (2015) afirma que a interdisciplinaridade enriquece a produção do conhecimento a partir da flexibilização da rigidez dos limites disciplinares, gerando resultados mais frutíferos, tanto no nível acadêmico quanto no nível social.

Ainda em tempo, no que diz respeito à definição de interdisciplinaridade, Etges (2011) enfatiza que o fazer interdisciplinar possui o papel de mediar a compreensão científica, bem como as formas de cooperação em nível crítico e criativo entre os cientistas. O autor afirma também, que a interdisciplinaridade se caracteriza por ser o princípio da compreensão da ciência para o cientista, da compreensão de suas perspectivas e também de seus limites. “Portanto (...) ela é o impulso na busca de novos horizontes para a superação do atual constructo e a criação de um novo” (ETGES, 2011, p. 85). Ademais, a interdisciplinaridade, enquanto ferramenta epistemológica, teórica e metodológica à pesquisa, conforme afirma Raynaut (2011), tem o papel central de produzir constantemente a dúvida e o processo de reconstrução em relação ao conhecimento.

---

<sup>1</sup>(...) o termo interdisciplinaridade pode ser usado para descrever todos os tipos de cruzamentos entre as disciplinas, desfazendo as sutis diferenças entre multi-, inter- e trans-, levantadas em discussões mais elaboradas sobre o assunto” (Lélé & Norgaard, 2005, p. 967). Deste modo, salienta-se que, aqui não se faz nenhuma distinção entre multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, mesmo que significativa parte do estado da arte sobre o tema traz algumas distinções entre esses conceitos. Acredita-se, neste sentido, que a pluralidade conceitual a fim de explicar a interdisciplinaridade não enfrenta o que de fato deveria ser enfrentado, isto é, o problema da interdisciplinaridade não deve ficar restrito a uma questão conceitual, mas sim a uma efetiva prática interdisciplinar de produção do conhecimento. Em outros termos, o que deve ser problematizado é justamente a cultura disciplinar da ciência e não a (re)semantização e a ressignificação do conceito.





Diante dos pressupostos mencionados, faz-se necessário olhar para como o Brasil tem lidado com a pujança das dinâmicas sociais e estruturais que caracterizam o paradigma complexo em se tratando da pesquisa científica, especialmente em relação aos problemas ambientais. Para Raynaut (2011), o País desempenha um papel dianteiro no esforço para renovar e refazer o modo como se produz conhecimento. É por este motivo, sobretudo, que os Programas de Pós-Graduação da grande área multidisciplinar são os que mais têm crescido na última década<sup>2</sup>. O autor destaca ainda que um dos primeiros doutorados interdisciplinares surgiu tendo a questão ambiental como foco: o Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE), na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1993.

Ao analisar a história do Programa supracitado, pode-se identificar que ele surge como necessidade epistemológica frente ao cenário complexo e dinâmico que tem permeado as questões ambientais. Segundo o documento que aborda o histórico do MADE, foi em 1987 que se deu um amplo e intenso reconhecimento da problemática ambiental, em decorrência da aprovação da proposta sobre o desenvolvimento sustentável pela ONU (BRASIL, 2016). O curso entrou em funcionamento em 1993, com o objetivo de “pensar a questão ambiental de forma a dar conta da gravidade e da complexidade com que se apresenta e para a qual as visões disciplinares tradicionais da ciência se mostravam claramente insuficientes (BRASIL, 2016)”<sup>3</sup>.

É nesse sentido que a necessidade da formulação de pesquisas interdisciplinares, ultrapassando as fronteiras da compartimentação do conhecimento, passa a ser central no campo científico, além de servir como estratégia para lidar com os sistemas complexos. Isto tem se evidenciado nas políticas governamentais de fomento à ciência, em que é possível destacar a formulação dos Programas de Pós-Graduação Multidisciplinares no Brasil, fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

---

<sup>2</sup> “(...) De 1999 a 2014 houve um aumento extremamente significativo de 528,2% no que tange à criação, ao surgimento de novos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares no Brasil” (COELHO, 2015, p. 88).

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.ppgmade.ufpr.br/historico/>. Acesso em: 26 jul. 2016.



(CAPES). Tais programas emergiram no cenário de pesquisa do País a partir da década de 1990, mais precisamente, em 1999, com a chamada Comissão de Área Multidisciplinar (CAM). Conforme aponta o documento da Área de Avaliação Interdisciplinar (2013), a relevância da interdisciplinarização do conhecimento emerge da necessidade de se buscar soluções à resolução de novos problemas de naturezas diferentes e com crescentes níveis de complexidade, oriundos da dinâmica do próprio avanço da ciência e da tecnologia (CAPES, 2013).

Segundo Oliveira (2011), a criação dos Programas Multidisciplinares foi reflexo, dentre outros fatores, da “Conferência Rio 92”, devido à centralidade do debate em torno da relação sociedade-natureza. Tal perspectiva demonstra, mais uma vez, como a emergência da problemática ambiental na ciência brasileira se confunde com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação multidisciplinares no cenário de pesquisa brasileiro no final da década de 1990.

De acordo com o documento da área de avaliação em ciências ambientais, publicado em 2013, esta surgiu, de fato, em 2013, a partir da migração de alguns Programas de outras áreas de avaliação. Em um primeiro momento de sua existência, a área era constituída por Programas de Pós-Graduação ligados a questões de cunho ambiental, presentes na área Interdisciplinar, como a Câmara I de Meio Ambiente e Agrárias, além de Programas oriundos das áreas de Engenharia I e III, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas I. Entre os anos de 1999 e 2012 ainda não existia a área de Ciências Ambientais (nome atual). Os Programas que hoje constituem essa área faziam parte da Câmara I (Meio Ambiente e Agrárias) do campo de avaliação interdisciplinar (CAPES, 2013), conforme já mencionado. A avaliação da CAPES, nesta área, deu-se especialmente a partir da necessidade de que a crescente e a ampla complexidade dos problemas ambientais deveriam ser compreendidas e apreendidas a partir de um olhar multi ou interdisciplinar (CAPES, 2013).

Os representantes da área de ciências ambientais argumentam que esta não decorre de um mero somatório ou de uma combinação entre diferentes ciências. “É intrínseca a ela, à sua origem, a interdisciplinaridade, isto é, trata-se mais de uma



abordagem de construção de conhecimento partindo de uma complexidade ambiental que se deseja compreender e desenvolver” (CAPES, 2013, p. 1).

Quando da sua criação, a área das Ciências Ambientais (2013) contava com apenas 16 Programas. Atualmente – maio de 2017 – este número é de 123, evidenciando, assim, a significativa expansão da temática ambiental, calcada no olhar multifacetado, no pano de fundo da ciência brasileira (CAPES, 2013).

Tendo em vista uma abordagem pormenorizada em relação aos Programas da área de Ciências Ambientais, destaca-se o Quadro 1, abaixo, a fim de ilustrar a constituição e a consolidação da questão ambiental no clima de pesquisa brasileiro, demonstrando o panorama geral da distribuição dos Programas nessa área.

**Quadro 1 – Nº total de Programas e Cursos da área em Ciências Ambientais CAPES (2017)**

		Total de Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
Nome	Área de Avaliação	Total	ME	DO	MF	ME/DO	Total	ME	DO	MF
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	123	54	5	33	31	153	84	36	33

**Fonte:** CAPES (2017). ME: Mestrado; DO: Doutorado; MF: Mestrado Profissional. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=49> Acesso em: 14 Mai 2017.

Como se pode observar, os 123 Programas alocam, ao todo, 154 cursos de Pós-Graduação, sendo 84 mestrados, 36 doutorados e 33 mestrados profissionais. Tais números salientam o quanto a pesquisa relacionada aos temas ambientais mostra-se frutífera no País, merecendo, nesse sentido, uma atenção detalhada da pesquisa científica, especialmente de uma sociologia da ciência. É com a base nesses números que se pode inferir que as transformações ambientais têm ganhado força e espaço em diversos campos do fazer científico, sobretudo no âmbito interdisciplinar, dada a complexidade da temática.

Neste sentido, faz-se necessário explorar novas ferramentas epistemológicas, teóricas e metodológicas afim de melhor compreender as relações antagônicas, articulações discursivas e a emergência de hegemonias que perpassam a ciência, mesmo que a própria produção de conhecimento interdisciplinar. Em outros termos,





não se pode lidar com a premissa de que não há conflito de interesses e poder num espaço de pesquisa que se diz integrador, sinérgico e interdisciplinar. Se se parte do pressuposto de que a ciência é um campo, não somente epistemológico, mas também político, a Teoria do Discurso laclauniana se presta muito bem ao destacar que se não há antagonismos, não há política. Assim, por sua vez, pode-se até inferir que não existiria ciência sem antagonismos, contrariando a ideia kuhniana de que ciência é uma comunidade caracterizada pelo consenso.

## **2. A Teoria do Discurso como ferramenta teórica à compreensão do campo científico: articulações, antagonismos e hegemonias**

Desde o Programa Forte da Sociologia (PF), especialmente a partir da década de 1970 – representado por renomados autores como David Bloor, Barry Barnes, Peter Slezak, Sergio Simon, Karin Knorr-Cetina, Bruno Latour, Steve Woolgar, Harry Collins e Trevor Pinch – é sabido que todo conhecimento científico é perpassado por diversos interesses políticos, econômicos, culturais etc. Isto significa dizer que a validação do conhecimento científico (dimensão interna) é atravessada por questões sociais externas à ciência. Frente a isto, e complementando o pressuposto de que a ciência caracteriza-se por relações de poder e de força, Premebida, Neves e Almeida (2011, p. 32) salientam que “o nível de validação entre teoria e experimento representa uma zona histórica de embates”.

Com efeito, os novos<sup>4</sup> Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT) têm contribuído proficuamente ao debate sobre as relações intrínsecas à produção da ciência, contrariando, assim, o argumento da sociologia mertoniana de que o conhecimento científico seria puro e desinteressado. Em outros termos, a validade do conhecimento, seu núcleo duro, está determinado por inúmeros interesses sociais (relações de força), caracterizando o que Arriscado Nunes e Roque (2008) denominam de “objetos impuros”.

---

<sup>4</sup>Segundo Collins (2015), os “estudos sociais da ciência modernos” iniciaram-se na década de 1930, a partir da publicação do célebre livro intitulado *Genesis and Development of a Scientific Fact*, de Ludwik Fleck.





Ante a esta perspectiva dos ESCT, pode-se destacar os estudos sobre a relação centro/periferia no que concerne à produção de conhecimento científico, o qual passa a ser definido como um espaço constituído de relações hierárquicas, verticalizadas e até mesmo antagônicas. Espaço que, por seu turno, caracteriza-se pela “luta científica” que impõe as regras do jogo de poder e de força. Dessa maneira, torna-se dominante – o próprio centro – quem conseguir impor uma determinada definição de ciência, ou seja, quem obter maior capital científico – nos termos de Bourdieu (2013) – para manter seu monopólio de autoridade, fazendo valer seus interesses políticos e epistemológicos, criando, desse modo, a relação centro/periferia no interior do campo científico.

Ainda no que tange à relação centro/periferia, evidencia-se a definição de Neves (2014, p. 563), o qual define tal relação como:

código de observação simbolicamente generalizado, centro/periferia incide na própria prática científica, diferenciando a ciência em organização de ponta/organização atrasada, pesquisa de fronteira/pesquisa convencional, valor global/valor local, autoridade/não autoridade, capilaridade/restrição.

Tais códigos – polarizados e verticalizados – encaixam-se na relação entre a pesquisa sociológica e as demais disciplinas presentes nos programas multidisciplinares em ciências ambientais, já que se parte do pressuposto de que a participação/inserção/articulação da sociologia nesses programas é perpassada por relações de força e de poder, de disputas político-institucionais e também epistemológicas. Isto é, hipoteticamente, há relações centro/periferia entre as áreas do conhecimento nesses programas, nos quais determinadas disciplinas buscam manter sua autoridade, sua posição central em comparação com as demais, formando uma linha antagônica entre as disciplinas centrais e as periféricas, cada qual buscando seu espaço de consolidação e hegemonia sobre a questão ambiental no campo discursivo aqui denominado de Programas Multidisciplinares em Ciências Ambientais.

Com base no que foi exposto até aqui acerca dos ESCT e a relação centro/periferia, propõe-se uma aproximação, ou até mesmo uma inserção da Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe ao campo dos ESCT. Sabe-se das profícuas contribuições desses estudos sociais de ciência e tecnologia para a



compreensão da relação entre ciência e sociedade, mas acredita-se que se faz necessário explorar outras abordagens que possam vir a contribuir à sociologia da ciência, incorporando-as, assim, na agenda das investigações sociológicas acerca do campo científico.

Frente a isto, Coelho e Rodrigues (2016) argumentam que a Teoria do Discurso, calcada numa base epistemológica pós-fundacionalista<sup>5</sup>, tem sido amplamente utilizada para o conhecimento detalhado dos diferentes espaços sociais, através de suas categorias de análise, especialmente a particular noção de discurso. Ainda para esses autores, a teoria laclauiana tem ganhado adeptos nas áreas da Ciência Política, Educação, Sociologia, Antropologia, mostrando seu caráter transdisciplinar<sup>6</sup> que atravessa as fronteiras da análise monodisciplinar. É nesse sentido que se afirma que a Teoria do Discurso pode ser utilizada para a compreensão de determinado objeto sociológico: em específico, nesta pesquisa, as relações políticas e epistemológicas que implicam na inserção, na participação e na articulação dos sociólogos em programas multidisciplinares de excelência em Ciências Ambientais.

Cabe destacar que a estrutura discursiva, conforme salientam Laclau e Mouffe (1987), consiste em uma prática articulatória que forma e organiza as relações dentro de um determinado campo de discurso – nesta pesquisa, o campo discursivo é constituído pelos Programas em Ciências Ambientais, representados pelas relações de poder e de força que o caracterizam. Assim, os discursos são formados por uma lógica segundo a qual as demandas de cada grupo, em um primeiro momento, isoladas, unem-se em prol de uma reivindicação através da equivalência, formando assim uma identidade, um sentido que tem por objetivo

---

<sup>5</sup> Não se pode usar o pós-fundacionalismo e o anti-fundacionalismo como sinônimos, conforme afirma Marchart (2007). Isso porque o primeiro não nega o fundamento, apenas rechaça o fundamento último e transcendental, a impossibilidade de um fundamento pleno. Já o segundo, coloca-se contra todo e qualquer tipo de fundamento, refutando a ideia de totalidade, mostrando que não existe esse fundamento, esse centro estruturante essencial, nem mesmo fundamentos de qualquer outra característica, como os fundamentos precários e contingentes, evidenciando com isso, a impossibilidade de assentar o mundo em qualquer tipo de verdade e sentido.

<sup>6</sup> “Em virtude de sua característica inter e transdisciplinar esta perspectiva [Teoria do Discurso] pós-fundacionalista e pós-marxista tem ganhado grande destaque no meio intelectual nos últimos anos, não apenas no campo da sociologia, mas também em áreas como história, ciência política, educação, filosofia dentre outras áreas” (DA SILVA et al, 2016, p. 18).



tornar-se universal, absoluto e, conseqüentemente hegemônico (LACLAU; MOUFFE, 1987; LACLAU, 1993).

É dessa forma, em linhas gerais, que são formados os discursos políticos (e por que não os científicos?). O discurso emerge do conflito, da negatividade, da oposição, isto é, só existe um discurso sobre o paradigma “X” porque existe outro discurso “Y” (contra o paradigma “X”). Eles coexistem na relação de negação e, portanto conflituosa, entre ambos. Dentro dessa perspectiva, um discurso nasce para sobrepor seu antagônico e, assim, vir a ser hegemônico e dominante no campo da discursividade. Por conseguinte, é importante apresentarmos a definição de discurso para Laclau e Mouffe (2008, p. 189):

O discursivo é [...] o campo de uma ontologia geral, quer dizer, de uma reflexão acerca do ser enquanto ser. Isto supõe que as categorias linguísticas deixam de estar ancoradas numa ontologia regional que as reduziria à fala e à escrita, e passam a constituir o campo de uma lógica relacional – fundada na substituição e na combinação, as duas formas primárias da articulação – que constituem o horizonte último do ser enquanto tal.

Na esteira do pensamento laclauiano, Mendonça e Rodrigues (2008, p. 26) ressaltam que

o social deve ser percebido a partir da lógica do discurso. Discurso, por sua vez, não deve ser aqui entendido como um simples reflexo de conjuntos de textos. Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal. Discurso é prática – daí a ideia de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas. O social, portanto, é um social significativo, hermenêutico.

Dentre o vasto cabedal conceitual da Teoria do Discurso, há um conceito de extrema valia para analisar o campo científico a partir dos pressupostos pós-fundacionalistas laclauianos: o antagonismo. Uma relação antagonística, nos termos de Laclau e Mouffe (2015), manifesta a impossibilidade de fechamento de toda identidade e objetividade. “Esta ‘experiência’ do limite de toda objetividade tem uma forma precisa de presença discursiva, o *antagonismo*” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 198 – grifos dos autores). Para Mendonça (2003), corroborando o argumento laclauiano, o antagonismo caracteriza-se por ser o limite de toda identidade e fixação de sentido. O antagonismo é, assim, a linha, a fronteira que





separa campos discursivos opostos. Tais campos que, por sua vez, buscam tornarem-se hegemônicos na arena política, formando sentidos, limites e identidades a partir da emergência sempre contingente e precária.

Conforme Sales Jr. (2014), é a partir da caracterização do antagonismo que se pode identificar a noção de poder na teoria laclauiana. Desse modo, poder pressupõe hegemonia. O conceito de hegemonia, já amplamente reconhecido nos trabalhos de Gramsci, é o centro da Teoria do Discurso, dando nome à obra mais importante de Laclau e Mouffe: “Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical”, lançada em 1985. Segundo Pessoa (2014), hegemonia, na obra de Laclau, caracteriza-se como uma operação na qual qualquer relação política, seja ela de classe ou não, teria espaço no campo discursivo. Tal noção avança na perspectiva gramsciana para qual hegemonia está apenas conectada à noção de classe trabalhadora.

Nesse sentido, por exemplo, num determinado campo do discurso, as demandas, os interesses estão isolados, cada um reivindicando algo, como saúde, educação, aumento de salário, mais investimentos para ciência etc. Quando essas demandas não são atendidas, elas passam a se articular, dividindo-se em duas dimensões, quais sejam: particular (interesse singular) e universal (interesse comum). Assim, essa articulação de reivindicações passa a constituir uma lógica de equivalência que formará um ponto nodal e assim, um discurso hegemônico vazio e precário, uma vez que, na teoria laclauiana, nenhum discurso irá formar uma totalidade ou uma essência única, pois o fechamento total de um determinado sentido é impossível e por isso é denominado de significante vazio.

A articulação discursiva surge, então, através da união de sentidos (particulares e que até então estavam dispersos). Todavia, essa construção necessita de uma limitação que demarque sua oposição ao discurso antagônico. Conforme já ressaltado, a linha antagônica é a fronteira que tem por função a manutenção do sentido de um discurso, ou seja, entre o discurso contra o paradigma científico “X” e o discurso a favor desse mesmo paradigma, há uma fronteira que impede que um discurso ultrapasse seus limites, evitando com isso, sua descaracterização. O antagonismo é, em outros termos, a dimensão que constrói o





próprio discurso. Isto é, “a sociedade deve, então, ser entendida como o efeito de uma ausência ou negatividade, residindo exatamente no antagonismo insolúvel entre tentativas de dominar o sentido do social” (MARCHAT, 2014, p. 13).

Em suma, os elementos que estão dispersos se unem em volta de um ponto nodal, em oposição a outro discurso. Por conseguinte, essa hegemonia forma-se em decorrência das particularidades que se transformam em uma representação, uma identidade (representação de poder) universal que busca ser plena e se preencher de sentido. Com isso, em regras gerais, têm-se duas condições fundamentais para a formação de um discurso: primeiro, uma relação articulatória e, segundo, uma relação antagônica entre um discurso hegemônico e outro contra hegemônico. Isso mostra que a política é caracterizada pela falta de consenso, pois não havendo oposição, não há antagonismo e assim, não há discurso. A construção da discursividade se dá na dimensão política, na qual os discursos contingentes estão em constante busca da hegemonização (significante vazio, ponto nodal) e de uma totalidade que se constituirá sempre falha e precária de sentido (LACLAU, MOUFFE, 1987; LACLAU, 1993).

A fim de ilustrar melhor a fundamentação teórica deste trabalho, apresenta-se abaixo o Quadro 2 contendo os principais conceitos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, bem como a definição de cada um deles.

**Quadro 2: Síntese conceitual da Teoria do Discurso laclauniana**

Conceito	Definição
<b>Articulação</b>	“Qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória (...) Consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, resultante do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 178; 188). “A articulação é uma prática estabelecida entre elementos que, a partir de um ponto nodal, articulam-se entre si, tornando-se momentos estritamente em relação à articulação estabelecida” (Mendonça; Rodrigues, 2014, p. 50).



<p><b>Discurso</b></p>	<p>“É a totalidade estruturada resultante das práticas articulatórias (...) Referimo-nos ao discurso como um sistema [limitado] de entidades diferenciais, isto é, de momentos, [de articulações] (Laclau; Mouffe, 2015, p. 178; 186). “Discurso não deve ser aqui entendido como um simples reflexo de conjuntos de textos. Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza matéria e não mental e/ou ideal. Discurso é prática, uma vez que qualquer ação empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas (...) Discurso é uma consequência de articulações concretas que unem palavras e ações, no sentido de produzir sentidos que vão disputar espaço no social” (Mendonça; Rodrigues, 2014, p. 45;50).</p>
<p><b>Ponto Nodal</b></p>	<p>“Qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro. Chamaremos os pontos discursivos privilegiados desta fixação de <i>pontos nodais</i>” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 187 – grifos dos autores). Também pode ser descrito como <i>significante vazio</i>, aquele que se hegemoniza, aquele que aglutina demandas e busca se preencher de sentido e plenitude. É vazio posto que qualquer sentido pode ser estabelecido devido à contingência do campo discursivo, fazendo desse ponto nodal sempre precário e não-universal.</p>
<p><b>Antagonismo</b></p>	<p>“O antagonismo constitui os limites de toda objetividade, a qual se revela como objetificação parcial e precária (...) No antagonismo a presença do ‘Outro’ me impede de ser plenamente eu mesmo (...) O antagonismo, longe de ser uma relação objetiva, é uma relação na qual se mostram os limites de toda objetividade (Laclau; Mouffe, 2015, p.198; 202). O antagonismo, ao mesmo tempo em que se constitui como a impossibilidade de fixação de uma identidade plena de sentido é, também, “a condição de possibilidade da própria constituição discursiva (Mendonça; Rodrigues, 2014, p. 52). É a linha antagônica que determina o limite e o sentido das identidades, ou seja, “na medida em que há antagonismos, eu não posso ser uma presença plena para mim mesmo” (Laclau; Mouffe, 2015, p.202).</p>
	<p>“Elemento é toda diferença [dentro do campo</p>



<b>Elemento*</b>	discursivo] não discursivamente articulada” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 178). “São elementos, uma vez que não mantém qualquer relação entre si [estão dispersos no campo da discursividade]” (Mendonça; Rodrigues, 2014, p. 51).
<b>Momento**</b>	“São as posições diferenciais articuladas no interior de um discurso” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 178). Quando as demandas se articulam discursivamente elas transformam-se em momentos, formando, dessa forma, uma articulação discursiva que possui como corte antagonico o seu inimigo.
<b>Equivalência/ Diferença</b>	<p>“A equivalência desloca a identidade que a torna possível, dos objetos em si para os contextos de seu aparecimento ou presença (...) Na relação de equivalência a identidade do objeto é cindida: por um lado, ela mantém seu sentido literal [diferença] próprio; por outro, ela simboliza a posição contextual na qual é um elemento substituível (Laclau; Mouffe, 2015, p. 126-127).</p> <p>“A condição para uma presença plena é a existência de um espaço fechado onde cada posição diferencial é fixada como um momento específico e insubstituível. Logo, a primeira condição para a subversão deste espaço, para o impedimento do fechamento, é que a especificidade [diferença] de cada posição deve desaparecer” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 204).</p>
<b>Limite/Identidade</b>	“Os limites só existem na medida em que um conjunto sistemático de diferenças pode ser delimitado como <i>totalidade</i> em relação ao algo para <i>além</i> delas, e é só através desta delimitação que a totalidade se constitui como formação [precária]. (...) É a lógica da equivalência que introduz a negatividade no campo social. Isto implica que uma formação [identidade] só consegue significar a si mesma (isto é, constituir-se como tal) transformando os limites em fronteiras, constituindo uma cadeia de equivalências que construa o que está além dos limites como aquilo que <i>não é</i> . É apenas por intermédio da negatividade, da divisão e do antagonismo que uma formação pode se constituir como horizonte totalizante” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 224;225, grifos dos autores).
	“(…) as duas condições de uma articulação





<b>Hegemonia</b>	<p>hegemônica são: a presença de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam. Somente a presença de uma vasta área de elementos flutuantes e a possibilidade de sua articulação a campos opostos – que implica uma constante redefinição destes últimos – constituem o terreno que nos permite definir uma prática como hegemônica. Sem equivalência e sem fronteiras, é impossível falar estritamente de hegemonia” (Laclau; Mouffe, 2015, p.205). “A hegemonia discursiva para Laclau não é, dessa forma, uma necessidade, mas um lugar vazio, foco de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade” (Mendonça; Rodrigues, 2014, p. 51).</p>
------------------	---

**Fonte:** Elaborado por Gabriel Coelho para fins de seu projeto de Tese de Doutorado (2017).

\*Em uma nova formulação, quando teoriza sobre populismo, Laclau chama “elemento” de demandas democráticas ou isoladas (Mendonça; Rodrigues, 2014).

\*\* Em uma nova formulação, quando teoriza sobre populismo, Laclau chama “momento” de demandas populares (Mendonça; Rodrigues, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante à fundamentação teórica apresentada, parte-se do pressuposto de que o campo científico é um *sistema organizado de diferenças*, isto é, ciência é *discurso* ou “a totalidade estruturada resultante das *práticas articulatórias*” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 178, grifos nossos). Essas diferenças são as disciplinas (*elementos*) dispersas no *campo da discursividade*, no campo científico. Cada uma delas constituindo, também, *lógicas discursivas* que buscam o tempo todo preencher e consolidar seus espaços políticos e epistemológicos.

Por se tratar de um *discurso*, a ciência é perpassada por *linhas antagônicas*, ou seja, por disputas de poder e *hegemonia*. Logo, os Programas Multidisciplinares em Ciências Ambientais são considerados, neste trabalho, como discursos, os quais possuem elementos ora dispersos (*lógica da diferença*), ora articulados (*lógica da equivalência*) – (*momentos*)-, que são as próprias disciplinas que os compõem. Portanto, qualquer uma das disciplinas presentes nesses Programas são consideradas como *elementos discursivos*, isto é, um discurso, um campo, com sua *identidade, sentido, limites* e fronteiras em relação antagonística com outras





disciplinas por espaço político-institucional e epistemológico. Assim, estes antagonismos têm por objetivo hegemonizar certos discursos (*pontos nodais*) que pretendem ser universais, dominantes e absolutos no campo científico de um PPGMCA.

Frente ao exposto, infere-se que as disciplinas encontram-se, em um primeiro momento, *dispersas (elementos)* no interior desses Programas, cada uma delas com seus limites, fronteiras, identidades, diferenças, isto é, elas podem ser consideradas como *regularidades em dispersão* nos termos da teoria do discurso. Em um segundo momento, a partir de *demandas* que emergem nesses Programas, tais como consolidação, reconhecimento, alocação de recursos, entre outras, as disciplinas passam a organizar-se a partir de *momentos articulatórios*, a fim de buscar seus *espaços hegemônicos*. É a partir de vínculos históricos, epistemológicos e institucionais que essas disciplinas se agrupam, a partir da *lógica da equivalência* com o objetivo de “derrotar o inimigo”, que no recorte desse trabalho, seria outro grupo de disciplinas agrupadas pela lógica da equivalência e com os mesmos objetivos de conservar suas demandas político-institucionais e epistemológicas.

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países.** Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>. Acesso em: 29 de ago 2016.

CAPES. **Documento da Área Interdisciplinar.** Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Interdisciplinar\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_block.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Interdisciplinar_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf) Acesso em: 19 mar 2014.

LACLAU, Ernesto, MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia.** Siglo XXI, Madrid, 1987.

\_\_\_\_\_. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical.** São Paulo, Intermeios, 2015.



LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre lá revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

\_\_\_\_\_. Posfácio. In: MENDONÇA, Daniel D.; RODRIGUES, Léo P. (org). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. EDIPUCRS, 2008. p. 189-191.

Lélé, S. & Norgaard, R. “**Practicing Interdisciplinary**”. *Bioscience*, 2005, Vol. 55, n. 11: 967-975.

MARANHÃO, Tatiana P.A. Produção Interdisciplinar de conhecimento científico no Brasil: temas ambientais. In: **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 3 Setembro/Dezembro 2010, p. 561-580.

MARCHART, Oliver. Introduction: On the absent ground of the social. In: \_\_\_\_\_. **Post-foundational political thought**: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007. 1-10 p.

\_\_\_\_\_. Teoria do discurso, pós-estruturalismo e paradigma da Escola de Essex. In: MENDONÇA. D.; RODRIGUES, Léo P.. **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. EDIPUCRS, 2014. p. 9-13.

MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista de Sociologia e Política**, n.20, 2003, p. 135-145.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P. e. Em torno de Ernesto Laclau In: MENDONÇA. D.; RODRIGUES, Léo P.. **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. EDIPUCRS, 2008. p. 25-34.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. In: **Sociologias** / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Porto Alegre, ano 8, nº15, jan/jun 2006, p. 208-249.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011. p. 69-105.

RIBEIRO, Wagner Costa; ZANIRATO, Silvia Helena. Dilema da gestão e produção do conhecimento interdisciplinar: uma contribuição do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011. p. 672-693.